

"CONSÓRCIO DE SUPLENTES"

PROMETE CARGOS PARA

CASSAR MANDATO DE ANICE







- Audios revelam articulação criminosa entre ex-assessor e suplentes para garantir denúncia na Câmara Municipal
- Advogado petista revela critério político para agir contra mandato na Câmara
- A atitude correta da advogada e a proteção legal para denunciantes

Páginas 4 a 8

Ver. Ranieri faz live cortando arvores mas esquece de visitar o UPA que estava sem luz

PRETO NO BRANCO

PAI E FILHO DE PLANTÃO DURANTE A MADRUGADA



O ex-prefeito e Delegado da Policia Civil Francisco Sampaio fez uma publicação nas redes sociais: "O Oficial CPU (Comando do Policiamento da Unidade) do dia em Foz é alguém que tive o privilégio de acompanhar o nascimento! E que Deus nos abençoe neste plantão especial e inédito!".

ESPOSA DO EX-VEREADOR EDIVALDO É NOMEADA

As novas amarrações políticas sempre acontecem após o pleito eleitoral. A esposa do ex-vereador Edivaldo Alcântara foi nomeada pelo Governador Ratinho Junior junto a Casa Civil. Articulação do Deputado Denian Couto.

UPA MORUMBI SEM COMBUSTÍVEL NO GERADOR

O que falta. Gestão? O Secretario Municipal de Saúde de Foz, Fabio de Mello teria deixado o UPA Morumbi sem combustível para o gerador de energia? Quando se grita emergência. A emergência falha?

COMUS

Como ficou a última reunião do COMUS? Parece que os indicados pelo General a conselheiras teriam lhe traído? Teriam tentado dar uma "baionetada" nas costas do novo prefeito? Não conseguiram? E agora como fica?



GENERAL

O prefeito esteve no bairro Morumbi atuando diretamente para resolver os problemas ocasionados pela tempestade que atingiu a cidade no sábado. As rajadas de vento chegaram a 96 km/h e derrubaram árvores, destelhando casas e comércios.

A PERGUNTA DO MILHÃO

Paulinho da Saúde diz terem usado seu nome indevidamente. Será? Paulinho teria os denunciado no GAECO por isso? Afinal um crime aconteceu.

FRASE DA SEMANA NA CÂMARA DE FOZ

"Um dia sem confusão é um dia perdido". É assim que os assessores dos novos vereadores assimilam o andamento do Poder Legislativo.

BOLSONARISTAS SÃO PATRIOTAS MESMO?

Nas redes sociais "bolsonaristas" comemoram a indicação de uma taxação 25% para os produtos brasileiros pelo presidente americano. Agora da para entender o porquê de prestarem continência para um pneu. São muito burros...

Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação da E Alliana - ME CNPJ 37.189.127/0001-00 Telefone (45) 3523-7826 - Foz do Iguaçu / PR jtribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana **Jornalista Responsável**:

Enrique Alliana - MTB: 0010793/PR

COMERCIAL

Claudete Desbezel Impressão: Grafinorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

Líder do prefeito se cala e oposição da uma pisada no prefeito Silva e Luna

Todos esperavam que o general indicasse um coronel, um major, um capitão ou até mesmo um tenente para representa-lo na Câmara. Como dizem no meio militar "missão dada é missão cumprida". O general deu a missão para um simples cabo. O cabo Cassol. Dai o que deu? Colou as placas diante de uma multidão. A missão não foi cumprida

Enrique Alliana - Jornalista Foto: Reprodução

Na última sessão ordinária na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, realizada no dia 06 de fevereiro, a Vereadora Yasmin Hachem cobrou o prefeito recém empossado General Silva e Luna.

A vereadora Yasmin Hachem, relatou um assunto latente na sociedade iguaçuense, que é a valorização dos profissionais da educação, a vereadora relatou que a prefeitura fez uma postagens nas redes sociais, gerando um total de 87 comentários só de profissionais de educação, onde abriram seus corações, suas frustrações, suas decepções e escrevendo o que os profissionais estão passando.

Segundo a vereadora a valorização dos servidores sempre foi uma pauta na casa de leis e que a Lei 11.732 de 2008 prevê o piso nacional do salário dos profissionais da educação e aqui em Foz do Iguaçu esse piso não é pago.

Cobrando o recém empossado prefeito General Silva e Luna, a vereadora indica que os ex-prefeitos completam o salário com um mecanismo chamado completivo e que o completivo não é salário, ele não é não tá nas referências iniciais, ele não incorpora para aposentadoria, o completivo não vai junto com o servidor e assim não se carrega quando o servidor progride na sua carreira, na ascensão, quando se faz uma estada, uma pós-graduação um curso na estrutura



Vereador Cabo Cassol

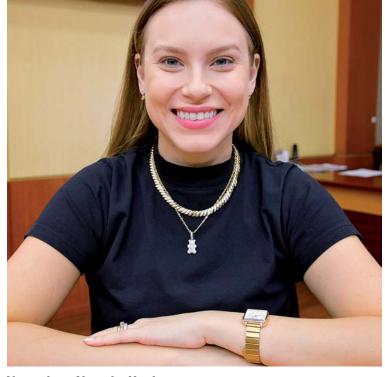
da carreira.

Ainda segundo a vereadora Yasmin, "como não se carrega o completivo, isso é muito perigoso, o completivo eu entendo a importância dele enquanto uma ação emergencial e urgente, porque para quem tá recebendo muito abaixo do piso é claro que o completivo vai fazer diferença, é claro que o dinheiro nesse momento, nesse mês para pagar as minhas contas é muito importante, mas há quantos anos a gente está vendo completivo sendo pago dessa forma que não é nas referências iniciais. Pela justificativa de que o limite prudencial tá muito alto, de que o índice da folha tá no vermelho no azul ou no amarelo e quanto tempo mais a gente vai ficar ouvindo essa resposta sem que a gestão fácil de fato um planejamento orçamentário e financeiro para que possa valorizar os seus próprios servidores".

Então eu queria realmente clamar por esse olhar por esse planejamento por essa gestão eficiente dos recursos para que o piso salarial possa ser dado nas referências iniciais e não através de completivo, e na hora de fazer a promessa de pedir o esforço são mundos e fundos e na hora de cumprir? Estamos aguardando.

Alguém viu o líder? Cadê o líder?

O líder se calou. Todos esperavam que o general indicasse um coronel, um major, um capitão ou até mesmo um tenente para representalo na Câmara de Vereadores.



Vereadora Yasmin Hachem

Pois o papel do líder é tão somente representar o prefeito junto ao poder legislativo. Ou uma simples defesa em casos de que uma repetição dita varias vezes não se torne uma realidade.

Mas isso não aconteceu. Como dizem no meio militar "missão dada é missão cumprida". O general deu a missão para um simples cabo. O cabo Cassol. Dai o que deu? Colou as placas diante de uma multidão. A missão não foi cumprida, demonstrando que o general não esta apto para delegar pequenos detalhes ou poderes para um simples cabo.

Resenha

Quem não se lembra quando o Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente Bolsonaro, gravou um vídeo fazendo a seguinte declaração "se quiser fechar o STF, você sabe o que você faz? Você não manda nem um jipe. Manda um soldado e um cabo" afirmou.

Depois da desastrosa fala do filho "03" do ex-presidente Jair Bolsonaro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes ironizou a fala de Eduardo Bolsonaro, sem citar o nome. Alexandre de Moraes afirmou que "o cabo, o soldado, o coronel estão todos presos", enquanto o Supremo segue aberto.

E a Câmara de Vereadores

A Câmara de Vereadores continua aberta esperando uma atitude do líder. Vai que o cabo (aquele com dois macarãozinho no braço) vira uma estrela?

"Consórcio de suplentes" promete cargos para cassar mandato de Anice Gazzaoui

Áudios revelam articulação criminosa entre ex-assessor e suplentes para garantir denúncia na Câmara Municipal

Enrique Alliana - Jornalista Foto: Reprodução

Uma trama detalhada para cassar o mandato da vereadora Anice Gazzaoui (PP) em Foz do Iguaçu envolvia não apenas a formulação de uma denúncia contra ela, mas também a promessa de cargos públicos em um esquema de divisão de salários.

Os áudios, gravados por uma advogada abordada para integrar o esquema, revelam que a conspiração era liderada por Marcos Antônio da Silva, ex-assessor de Anice e réu no âmbito da operação Cashback, e incluía Ian Vargas (PT), terceiro suplente da chapa petista, e Paulinho da Saúde (PP), primeiro suplente da parlamentar, que assumiria sua cadeira em caso de cassação.

A estratégia, conforme discutida nos diálogos, consistia em desgastar politicamente Anice com a abertura de um processo de cassação na Câmara Municipal. O objetivo não era apenas viabilizar a posse de Paulinho, mas também provocar o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) para agir contra a vereadora, a exemplo do que ocorreu em setembro de 2024. Na ocasião, acusações apresentadas pelo próprio Marcos Silva resultaram na operação Cashback, deflagrada em meio ao período eleitoral.

Os áudios mostram que Marcos Silva e Ian vargas não apenas arquitetam a cassação, mas também negociam a nomeação de aliados em cargos na assessoria parlamentar de Paulinho, prometendo beneficios políticos e financei-







ros futuros aos envolvidos.

"A gente trabalha tudo junto aí, tudo que é processo, tudo que é coisa, e a gente está trabalhando essa função aqui", afirma Ian Vargas ao apresentar Marcos à advogada chamada para ser laranja no esquema.

Nos diálogos, Marcos se identifica como um dos coordenadores da campanha de Paulinho da Saúde em 2024 e detalha como as nomeações seriam organizadas. Ele afirma que três cargos já estavam reservados - um para ele, outro para João Motoka e um terceiro para Reinaldo, ligado à Liga dos Árbitros. Segundo Marcos, uma quarta vaga havia sido deixada em

aberto para um profissional da área jurídica, justamente para trabalhar junto ao processo de cassação de Anice.

"O Paulinho não se elegeu, ficou como primeiro suplente, e eu dei a sugestão: 'Por que não trazer alguém da área jurídica?'. Hoje nós temos três assessorias. (...) Sobrou uma assessoria que seguramos justamente para colocar alguém da parte jurídica para trabalhar (a representação)."

A oferta era clara: a advogada deveria entrar com um pedido de cassação de Anice, alegando quebra de decoro. Em troca, seria nomeada para um cargo na assessoria parlamentar de Paulinho.

Os áudios revelam ainda a

tentativa de Marcos Silva de convencer a advogada a integrar o esquema, minimizando os riscos e possíveis desdobramentos da manobra. Ironicamente, o articulador do esquema criminoso argumenta que a cassação de Anice poderia ser justificada sob o pretexto da defesa da "moralidade da Câmara".

"Não tem o que dar ruim. Porque você é uma cidadã que está entrando com uma representação pedindo a moralidade da Câmara Municipal. É um direito seu."

O ex-assessor também busca desassociar Ian da articulação política do esquema, alegando que ele não é suplente da mesma chapa de Anice e Paulinho, numa tentativa de afastar indícios de conluio entre o grupo.

"Ah, pode dar outra repercussão para você (advogada)? Não. O máximo que pode é te expor na mídia. Ah, estão querendo fazer politicagem e tal? Se ligam você ao Ian. Por que vão ligar ao Ian? Se o Ian sequer é suplente daquela chapa? Ian é da chapa do PT."

A íntegra dos áudios foi encaminhada ao GAECO, que deverá investigar se os envolvidos cometeram crimes como corrupção, tráfico de influência e associação criminosa ao arquitetar a tentativa de cassação de Anice Gazzaoui.

MANIPULAÇÃO

Marcos Silva articulou pressão sobre GAECO e Câmara para cassação da vereadora

Ex-assessor de Anice, agora aliado de Paulinho da Saúde, compartilhou dados sigilosos para fundamentar pedido de representação

Enrique Alliana - Jornalista Foto: Reprodução

Gravações vazadas expõem uma conspiração orquestrada por Marcos Antônio da Silva, ex-assessor da vereadora Anice Gazzaoui (PP), para pressionar o GAECO e a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu em um plano para cassar o mandato da parlamentar.

Marcos Silva, réu na operação Cashback e agora estrategista político de Paulinho da Saúde (PP), aparece nos áudios detalhando manobras para desgastar Anice publicamente e forçar sua saída da Casa de Leis. Para isso, usou seu acesso a informações sigilosas e articulou a tramitação do pedido de cassação dentro da Câmara.

Nos diálogos, Marcos admite que, embora a primeira tentativa de cassação não fosse bem-sucedida, o objetivo seria criar um ambiente político insustentável para a vereadora, tornando sua permanência inviável.

"O que a gente vê? É bem provável que essa primeira ação não passe, mas já vai começar a desgastar. E isso, na minha visão, irá dar um start no Gaeco", afirma Marcos.

"Vereadores sob pressão"

A estratégia inclui envolver diretamente o GAECO na questão política. Marcos sugeriu que o pedido de cassação viesse acompanhado de uma solicitação formal para que o órgão compartilhasse informações sigilosas sobre os processos contra Anice.



Segundo ele, isso colocaria os vereadores sob pressão e dificultaria qualquer resistência à cassação. "Acho que pode-

ria só colocar para intimar o Gaeco para dar informações sobre os processos em andamento contra a representada (Anice)."

A advogada aliciada pelo grupo alertou que a medida era ilegal, pois violaria normas de sigilo judicial. Mesmo assim, Marcos insistiu. "Na realidade, se você

coloca isso aí, pode até o GAECO responder que não. Mas aí os vereadores se cagam todos. Porque você está chamando, evocando o Gaeco. Porra, vereadores dando não para o Gaeco? Já é um fato a mais para abrir a cassação", sustenta.

MARCOS SILVA, RÉU NA OPERAÇÃO
CASHBACK E AGORA ESTRATEGISTA
POLÍTICO DE PAULINHO DA SAÚDE
(PP), APARECE NOS ÁUDIOS
DETALHANDO MANOBRAS PARA
DESGASTAR ANICE PUBLICAMENTE E

Uso de documentos sigilosos

FORÇAR SUA SAÍDA DA CASA DE LEIS

Além de pressionar o GAECO e a Câmara, Marcos Silva também compartilhou documentos sob sigilo judicial com Ian Vargas (PT), terceiro suplente da chapa

petista, para reforçar a acusação contra Anice. Ele revelou possuir um "drive" com informações sigilosas que seriam usadas ilegalmente para fundamentar a denúncia contra a vereadora.

"Depois eu compartilho com você um drive que eu tenho com todas as provas do proces-

so", disse Marcos, indicando a troca de dados protegidos. Ian Vargas, também advogado, reconheceu a ilegalidade e sugeriu outro caminho para sustentar o pedido de cassação. "Vamos juntar as reportagens, reforçar as acusações que constam no release do GAECO. Além disso, eu vou descrever o significado de ética. Vamos criar comoção na sociedade", promete o advogado petista.

Paulinho da Saúde rompe com Mateus Vermelho para manter Marcos ao seu lado

Nos áudios, Marcos garante que é o principal aliado de Paulinho da Saúde e revela que o vereador chegou a romper com o deputado estadual Mateus Vermelho, presidente do PP em Foz do Iguaçu, para manter sua lealdade a ele.

"O próprio Mateus Vermelho falou pro Paulinho que ele teria de se afastar de mim. Qual foi a resposta do Paulinho? Que então ele se afastaria do partido."

Marcos Silva enfatiza a confiança de Paulinho nele e o papel que desempenhou na trajetória do atual primeiro suplente do PP. "E o Paulinho foi bem direto: 'Porque o Marcos veio comigo lá atrás, amassou barro, colocou dinheiro, colocou trabalho, colocou cargo. E vai estar comigo, ponto. Então, sim. Ele rompeu com o Mateus. Rompeu com o Mateus. Ele (Paulinho) continua no partido justamente para não perder a suplência".

A decisão de Paulinho de manter Marcos Silva como braço direito, mesmo sob pressão interna, mostra a influência do coordenador de sua campanha para além de questões político/partidárias.

Trama contra vereadora Anice Gazzaoui foi articulada ao menos desde o Réveillon

Ex-assessor detalha consulta a vereadores sobre voto e pressão para imprensa causar desgaste ao legislativo

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A conspiração para cassar o mandato da vereadora Anice Gazzaoui (PP) em Foz do Iguaçu vinha sendo articulada desde pelo menos o Réveillon, segundo revelam áudios gravados por uma advogada aliciada para integrar o esquema. Em um dos diálogos, Marcos Antônio da Silva, ex-assessor de Anice e réu na operação Cashback, afirma que já havia consultado o vereador Paulo de Brito (PL) sobre um eventual pedido de cassação antes mesmo de sua eleição à presidência da Câmara Municipal.

"O de Brito, eu conversei com ele no Réveillon. E falou: 'Depende do que tiver de documento contra ela (Anice), (que seja algo)palpável'. Na época ele nem era presidente ainda", relata Marcos Silva, sugerindo que o então vereador já estava ciente da articulação política antes de assumir o cargo.

A conversa revela ainda que Marcos Silva e Ian Vargas (PT), terceiro suplente da chapa petista, buscavam mapear o posicionamento dos vereadores sobre a possível cassação de Anice. No diálogo, eles mencionam o apoio de Evandro Ferreira (PSD), Cabo Cassol (PL) e Adnan El Sayed (PSD), que teriam sinalizado voto favorável à cassação de Anice Gazzaoui (PP).

"O Evandro falou que se vier coisa forte, ele vota (favorável). O Cassol falou que vota. O Adnan, vota", enumera Marcos Silva.

Já sobre os demais parlamentares, os manipuladores



No último café do ano de 2024 com a equipe, Marcos Silva detalhou "2025 será um 'escândalo'... Quem venha o ano novo!"

demonstram incerteza. Ian avalia que Yasmin Hachem (PV) e Valentina Rocha (PT) dificilmente votariam pela cassação. "Essas eu não acredito que votam agora, não. Eu acho muito dificil elas não ajudarem a Anice", comenta.

Os diálogos também indicam que Fernando Duso (PT), assessor parlamentar do vereador Beni Rodrigues (PP), teria influência direta sobre o vereador, que poderia seguir sua orientação. "O Duso odeia ela (Anice) e está mandando no Beni", diz Ian.

Sobre outros nomes, os Marcos Silva e Ian Vargas mencionam que Márcia Bachixte (MDB) estaria alinhada com Anice, enquanto Ranieri (PL) e Sidinei Prestes (MOBILIZA) seriam considerados políticos "água com açúcar", ou seja, sem uma posição clara. Marcos também aposta que

Bosco Foz (PL), identificado na conversa como "Tosco", votaria favoravelmente à abertura do processo de cassação.

Diante desse cenário, a advogada questiona se haveria um possível empate na votação da Câmara. Marcos admite que ainda não havia feito a contagem exata. "Eu não coloquei no papel ainda para ver como dá", responde.

Planejamento incluía manipulação da imprensa

Os áudios também revelam que Marcos pretendia manipular veículos de imprensa para gerar pressão pública sobre os vereadores no momento do protocolo da representação contra Anice.

"Precisa ser aquela coisa cronometrada. Protocolou, tem que ir para a mídia, colocar pressão nos vereadores", afirma Ian.

Marcos, por sua vez, detalha como mobilizaria a cobertura jornalística. "Quando vocês protocolarem, vocês me avisam a data que eu já vou avisar o pessoal da Rádio Cultura. Que aí o pessoal da Rádio Cultura vai estar lá (na Câmara) e vai pegar na hora. Talvez a RPC, também", explica.

O objetivo era garantir que a imprensa estivesse presente no ato do protocolo, amplificando o impacto da ação e criando um ambiente político desfavorável à vereadora.

Insegurança sobre fundamentação jurídica

Em outro trecho da conversa, a advogada expressa preocupação sobre a base legal da representação. "Mas o problema é o documento. A gente vai juntar só a reportagem?", questiona, referindo-se à tentativa de embasar o pedido de cassação em matérias jornalísticas.

Ian demonstra insegurança sobre o uso de documentos sigilosos para fundamentar a peça. "Se não puder nem citar, aí tem que diminuir o arquivo, tirando aqueles trechos. Eu vou editar tudo. Se não puder, porque eu acho que estava consistente, o pedido mais o deferimento da Justiça", admite.

A resposta reforçam que os articuladores pretendiam utilizar informações sob sigilo judicial para sustentar a acusação, levantando a possibilidade de crime de violação de segredo de Justiça. Marcos, por sua vez, sugere a inclusão da nota do GAECO sobre buscas e apreensões realizadas no âmbito da operação Cashback, na tentativa de legitimar a ação.

CASSAÇÃO SOB ENCOMENDA

Ian Vargas admite que só pediria cassação de vereadora se ganhasse cargo em troca

Em áudios, advogado petista revela critério político para agir contra mandato na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

Enrique Alliana - Jornalista Foto: Reprodução

Gravações vazadas revelam que Ian Vargas (PT), terceiro suplente da chapa petista em Foz do Iguaçu, condicionava sua participação em pedidos de cassação de vereadores a benefícios políticos e financeiros. Nos diálogos, ele admite que possuía provas contra a vereadora Márcia Bachixte (MDB) que poderiam levar à perda do mandato dela, mas não moveu ação porque não havia acordo para garantir a ele ou a aliados uma vaga de assessoria na Câmara.

"Eu tinha uma prova contra a Rosa (ex-primeiradama) que cassaria a Márcia, por abuso de poder político. Uma ação que teria que ser apresentada logo após a diplomação. Mas eu não ganhava nada. Ajudar o Edinho, que é o suplente da Márcia, não ia nos dar a vaga. Nem mesmo para eu assumir ou colocar alguém. O Edinho não ia fazer isso", reclama Ian.

O raciocínio expõe um esquema no qual pedidos de

cassação são normalizados e utilizados abertamente como moeda de troca para obtenção de cargos públicos. No caso da vereadora Anice Gazzaoui (PP), a trama seria a seguinte: havia um acordo para que Paulinho da Saúde (PP), primeiro suplente da coligação, distribuísse cargos entre os

articuladores da cassação assim que assumisse a vaga.

"SÓ POR CARGO"

Ian Vargas deixa claro que só participaria do pedido de cassação se houvesse segurança política e financeira para ele e seus aliados. O objetivo era amarrar o acordo e garantir estabilidade até o fim do mandato. "A nossa preocupação é essa. Ser uma coisa bem certa, para a gente estar certo, que após a cassação da Anice, ficar até dezembro de 2028, até o final do mandato do Paulinho", afirma Ian Vargas.

Marcos Antônio da Silva, ex-assessor de Anice e delator da operação Cashback, reforça a promessa de cargo à advogada. "A única ressalva é ter alguém que irá dar o respaldo jurídico (ao Paulinho)."

Para demonstrar a "vantagem" no esquema, Ian Vargas reafirma que sua adesão ao plano se deu porque havia segurança política e financeira no acordo. "Por isso ele (Paulinho) me procurou. Ele me procurou primeiro".

Nomeação vinculada a um esquema de rachadinha

Em outro momento Ian



lan Vargas: "eu desenvolvo as peças para criar uma comoção social contra a Anice"

te com Paulinho da Saúde. "Porque isso (a cassação da Anice) salvaria ele (Paulinhecia ele, conhecia só de vista, a conversa foi bem firme", explica Ian.

Marcos complementa, detalhando como a cassação de Anice abriria espaço para nomeações planejadas: "Aí eu falei, o que nós poderíamos fazer? Como nós já tínhamos essa intenção de segurar essa vaga para alguém para trabalhar com a área jurídica no gabinete, faria essa proposta: A pessoa entraria com essa ação, pedindo a quebra edecaro, dando ok a assedera decaro, da

de decoro, dando ok, a assessoria é (dessa pessoa)".

A advogada aliciada questiona se poderia indicar outra pessoa em seu lugar. Ian refuta imediatamente: "É que daí ficaria ruim pra gente, ficaria muito ruim para mim. Que é o meu caso, eu não iria assumir o cargo. Você será indicada por mim. Se eu fosse assumir o cargo, aí eu entraria [com a representação]", admite Ian.

Marcos Silva reforça a promessa de que Paulinho da Saúde manteria a nomeação até o fim do mandato. "O Paulinho mantém ela até o final?", pergunta Ian. "Mantém!", responde Marcos.

NOS DIÁLOGOS, ELE ADMITE QUE POSSUÍA PROVAS
CONTRA A VEREADORA MÁRCIA BACHIXTE (MDB)
QUE PODERIAM LEVAR À PERDA DO MANDATO
DELA, MAS NÃO MOVEU AÇÃO PORQUE NÃO HAVIA
ACORDO PARA GARANTIR A ELE OU A ALIADOS UMA
VAGA DE ASSESSORIA NA CÂMARA

Vargas confirma que tratou sobre o assunto pessoalmen-

nho). O Marcos me apresentou o Paulinho, eu não co-

Conspiração na Câmara de Foz: Os crimes por trás do "Consórcio de suplentes"

Áudios revelam condutas individualizadas no esquema que envolve Marcos Antônio, lan Vargas e Paulinho da Saúde

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A proposta feita por Marcos Silva e Ian Vargas (PT) a uma advogada para ingressar com um pedido de cassação contra Anice Gazzauoi (PP) em troca de uma nomeação na assessoria parlamentar de Paulinho da Saúde (PP), expõe indícios claros de um conluio ilícito. O caso levanta questões sobre a legalidade das ações de cada envolvido e as possíveis implicações jurídicas que poderão enfrentar.

Advogados consultados pelo jornal Tribuna Popular apontam que os atos praticados pelos envolvidos podem configurar os seguintes crimes:

Corrupção ativa e passiva (art. 317 e 333 do Código Penal)

Marcos Antônio, Ian Vargas e Paulinho da Saúde podem ser enquadrados por oferecerem um cargo público à advogada em troca de uma ação política que favorecesse seus interesses. Isso ca-



racteriza corrupção ativa.

Caso algum agente público tenha participado diretamente da negociação, também pode haver corrupção passiva.

Tráfico de influência (art. 332 do Código Penal) A tentativa de pressionar os vereadores a aceitarem a denúncia contra Anice por meio da suposta influência do GAECO pode configurar tráfico de influência. Marcos Antônio, ao sugerir que a simples menção ao órgão poderia constranger os parlamentares, reforça essa tese.

Associação criminosa (art. 288 do Código Penal)

A formação de um grupo para agir de maneira coordenada visando a cassação indevida da vereadora pode ser interpretada como associação criminosa. Caso fique comprovado que havia divisão de tarefas e planejamento contínuo, essa tipificação se fortalece.

Violação de sigilo funcional e uso indevido de documentos sigilosos

A posse e o compartilhamento de documentos sob sigilo de Justiça, mencionados nos áudios por Marcos Silvao, podem levar a uma responsabilização criminal por violação de sigilo funcional (art. 325 do Código Penal) e até mesmo por fraude processual, caso os documentos tenham sido utilizados para manipular um pedido de cassação.

Abuso de poder e improbidade administrativa

Ainda que Paulinho da Saúde não estivesse formalmente no cargo no momento da articulação, o fato de planejar a ocupação de um mandato obtido por meio de um esquema ilícito pode ensejar questionamentos quanto à prática de abuso de poder político.

A atitude correta da advogada e a proteção legal para denunciantes

Ao perceber que a proposta envolvia uma conduta criminosa, a advogada aliciada fez o correto ao denunciar o esquema. O Código Penal protege aqueles que, ao serem instigados a cometer um crime, recusam-se a participar e colaboram com as investigações.

A exclusão de culpabilidade

Segundo o art. 17 do Código Penal, a desistência voluntária impede a consumação do crime. Como a advogada não aceitou o esquema e ainda o denunciou, ela não pode ser responsabilizada por

qualquer ato criminoso relacionado ao caso.

A delação e a colaboração premiada

Caso a advogada tivesse aceitado participar do esquema e depois se arrependesse, ela poderia negociar uma colaboração premiada, conforme previsto na Lei 12.850/2013. No entanto, como denunciou o crime antes de qualquer ato ilícito se concretizar, não há necessidade de negociação judicial.

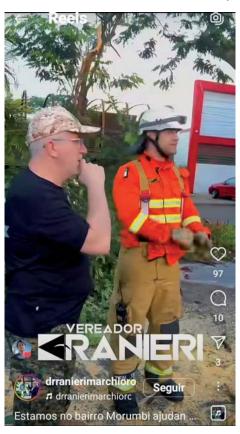
Proteção a testemunhas e denunciantes

O Programa de Prote-

ção a Testemunhas (Lei 9.807/99) prevê medidas para garantir a segurança de quem denuncia crimes envolvendo corrupção e abuso de poder. A depender da gravidade do caso, a advogada pode solicitar proteção caso se sinta ameaçada.

Vereador Ranieri faz live cortando arvores mas esquece de visitar o UPA que estava sem luz

Morador do bairro Morumbi ao ver o Vereador Dr. Ranieri Marchioro, com uma moto-serra nas mãos teria gritado "Vai visitar o UPA do Morumbi, tá sem luz", mas aparentemente pelo barulho da moto-serra, teria deixando o vereador com os ouvidos tapados para o morador









Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Um vídeo postado pelo próprio vereador de Foz do Iguaçu Dr. Ranieri Marchioro (PL), demonstrou que estava ao lado do seus eleitores após um forte vendaval quer atingiu o Bairro Morumbi no último sábado, 08 de fevereiro de 2025 no bairro Morumbi.

O bairro Morumbi, conhecido por sua tranquilidade e por ser um dos locais mais populosos da cidade, enfrentou uma situação crítica que gerou descontentamento entre seus moradores. Após um vendaval que causou estragos significativos, o vereador Dr. Ranieri Marchioro se mobilizou com seu caminhão militar 6X6 camuflado, com sua farda camuflada e uma moto-serra nas mãos começou a cortar árvores caídas, ajudando a liberar as ruas do bairro. Uma ação

que, à primeira vista, pareceu ser uma resposta adequada a uma emergência.

"Vai visitar o UPA do Morumbi está sem luz"

No entanto, essa atitude não foi suficiente para acalmar os ânimos de muitos cidadãos que passavam pelo local, sendo que um deles ao avistar o Ver. Dr. Ranieri Marchioro, gritou "Vai visitar o UPA do Morumbi, tá sem luz", outro gritou "pega um pouco de combustível do seu caminhão e leva na UPA" mas aparentemente pelo barulho da moto-serra, teria deixando o vereador com os ouvidos tapados para os moradores, que deicharam o local sentindo-se abandonado em um momento de necessidade.

Será que o fato de não ter escutado o grito do morador seria pelo fato do vereador fazer parte da bancada do prefeito na casa de leis?

Enquanto o vereador cortava os galhos que interditavam a Avenida Mario Filho, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Walter Barbosa, o principal centro de saúde da região, estava enfrentando um crise no atendimento, pois o local teria ficado sem energia e o gerador não teria funcionado. Alguns teria funcionado pelo simples fato de não ter combustível.

Com isso, os moradores que buscavam atendimento médico se depararam a demora no atendimento. Nesse cenário, muitos cidadãos começaram a clamar pela presença de vereadores.

A ausência de Dr. Ranieri, que estava tão próximo do UPA Morumbi durante esse período crítico, levantou questões sobre sua responsabilidade como representante do povo. Para muitos, sua prioridade em lidar com os danos causados pelo vendaval parecia desconsiderar as necessidades urgentes de saúde da população. Essa percepção gerou um sentimento de frustração e abandono entre os moradores, que se sentiram desamparados em um momento em que a assistência era crucial.

Além disso, a situação trouxe à tona um debate mais amplo sobre a atuação dos representantes políticos em momentos de crise. A pergunta que muitos se faziam era: até que ponto os vereadores devem priorizar suas ações em resposta a emergências? A escolha de Dr. Ranieri em focar na defesa civil com uma moto-serra nas mãos, embora importante, foi vista por alguns como uma falha em atender às demandas imediatas dos moradores e ou este fato foi tão somente se aparecer nas redes sociais?

Essa dualidade de responsabilidades - entre a gestão de crises e a atenção às necessidades da saúde pública - é um dilema que muitos políticos enfrentam, mas que deve ser cuidadosamente equilibrado.

Outro ponto a ser considerado é a relação de Dr. Ranieri com a bancada do prefeito. A especulação sobre se sua falta de atenção aos gritos dos moradores estaria relacionada a posição política. Pois isso levanta questões sobre a independência dos representantes e sua capacidade de agir em prol do bem-estar da população, independentemente de suas alianças políticas.

A confiança dos cidadãos em seus representantes é fundamental para a democracia, e ações que parecem desconsiderar as necessidades da comunidade podem minar essa confiança.

POLÍTICA

DEP. MATHEUS VERMELHO

Deputado teria alugado apartamento por R\$ 8,5 mil por mês às custas da ALEP

Dep. Matheus Vermelho gasto no ano de 2024, o valor de R\$ 102,9 mil, locando um apartamento às custas da ALEP. Isso representa um gasto mensal de R\$ 8.500 em aluguel

Enrique Alliana - Jornalista Foto: Reprodução

Em 2024, o deputado estadual Matheus Vermelho, do Paraná, se destacou na Assembleia Legislativa ao gastar R\$ 486.839,41 em verbas de ressarcimento, tornando-se o parlamentar que mais utilizou esse recurso. No entanto, o que mais chama a atenção são os gastos com moradia na cidade de Curitiba. Com o título de eleitor registrado em Foz do Iguaçu, Matheus Vermelho teria desembolsado, no ano de 2024, a quantia de R\$ 102,9 mil para residir na capital paranaense, locando um apartamento às custas da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). Isso representa um gasto mensal de R\$ 8.500 em aluguel.

Essa situação levanta questionamentos sobre a gestão do dinheiro público. A pergunta que muitos se fazem é: por que um deputado estadual, que deveria representar os interesses da população, opta por um aluguel tão elevado, quando uma família de classe média consegue se estabelecer em bairros confortáveis de Curitiba por me-



nos da metade desse valor? Essa discrepância entre os gastos do parlamentar e a realidade da população comum suscita preocupações sobre a responsabilidade e a ética no uso de verbas públicas.

A situação se torna ainda mais complexa quando se considera o contexto político da família Vermelho. Matheus Veloso Maria, conhecido como Matheus Vermelho, e seu pai, o deputado federal Vermelho, são figuras proeminentes na política paranaense, não apenas por sua influência, mas também pelo uso de recursos públicos. A combinação de altos gastos com moradia e a proximidade familiar no cenário político levanta questões sobre a transparência e a prestação de contas dos representantes eleitos.

A utilização de verbas de ressarcimento deve ser pautada pela responsabilidade e pela necessidade, especialmente em um momento em que a população enfrenta desafios significativos em áreas como saúde, educação e infraestrutura. O elevado custo do aluguel do deputado Vermelho pode ser interpretado como uma má gestão do dinheiro público, o que gera descontentamento entre os cidadãos que esperam que seus representantes ajam com ética e em prol do bemestar coletivo.

Diante desse cenário, é fundamental que a sociedade civil se mobilize e exija maior transparência e responsabilidade dos seus representantes. O caso do deputado Matheus Vermelho serve como um alerta sobre a importância de uma gestão pública que priorize os interesses da população e que utilize os recursos de forma consciente e eficiente. A fiscalização e a participação ativa da sociedade são essenciais para garantir que os interesses públicos sejam respeitados e que a política seja exercida de maneira ética e responsável.



CASA NO JD. VERANEIO

Vende-se com 2 quartos, sala, cozinha, 2 bwc, piso todo em porcelanato, área grande com ilha, churrasqueira, bwc, garagem para 1 carro, área dos fundos grande com quarto e depósito

Valor: 330.000,00











Cidade que inspira e trabalha





TURISMO

Marco das Três Fronteiras promove pré-carnaval nos dias 14 e 15

O clima carnavalesco está garantido antes, durante e depois das apresentações culturais

Da assessoria

Fotos: Marco das 3 Fronteiras

Moradores e turistas poderão dançar as marchinhas de carnaval e interagir com os artistas que se apresentam diariamente no Marco das 3 Fronteiras, na sexta-feira e sábado (14 e 15 de fevereiro). Das 16h30 às 18h30, o público terá a oportunidade de curtir música ao vivo, com uma banda de samba e pagode, e vivenciar toda a magia do local mais charmoso de Foz do Iguaçu.

Além do clima festivo de carnaval, os visitantes poderão aproveitar o Happy Hour do Marco das Três Fronteiras com descontos especiais nos horários das 15 às 18h30. O Restaurante Cabeza de Vaca oferecerá uma carta de porções, drinks e cervejas com descontos exclusivos. O desconto será válido apenas neste horário, no Restaurante.

As entradas do Marco são vendidas preferencialmente on-line, no site oficial: www.marcodastresfronteiras.com.br. Caso não se consiga adquirir o ingresso virtualmente, há a opção presencial, na bilhe-

teria do atrativo, mediante disponibilidade. O Marco está aberto para visitação de terça-feira a domingo, das 13h30 às 21h. As apresentações culturais acontecem a partir das 18h30. Já o Restaurante Cabeza de Vaca funciona das 15h às 22h.

Acesso à comunidade

Morador de Foz do Iguaçu tem gratuidade para visitar o Marco das Três Fronteiras. O iguaçuense precisa apresentar um documento com foto e comprovante de residência na cidade para obter o beneficio, conforme regulamento do atrativo. Para facilitar o acesso diário, o cadastro é digitalizado e tem validade de um ano. Todos os procedimentos de cadastramento e a retirada de ingresso dos iguaçuenses são realizados na bilheteria do Marco, instalada no Centro de Visitantes.

Atendimento Marco das 3 Fronteiras - 14 e 15 de fevereiro

13h30 às 21h: bilheteria e acesso

15h às 22h: restaurante





Cabeza de Vaca 15 às 18h30: Happy Hour com promoções exclusivas A partir das 18h30: apre-

sentações culturais



Programação cultural 16h30 às 18h30: música ao vivo (samba e pagode) 18h30: ALenda das Cataratas 18h50: Dança de época e registro com visitantes 19h: Boleadeira argentina 19h30: Show Três Fronteiras (apresentação principal)





14 11 a 17 de fevereiro de 2025 Tribuna Popular



Trio com fome de títulos

Trio renovado para a temporada

Fael, a revelação da base que teve sua primeira oportunidade no profissional em 2024, continua sua trajetória de evolução. Willian Brandão, atleta histórico do Foz Cataratas, renova para a sua 12° temporada. Pajé, nosso artilheiro implacável, segue pronto para balançar as redes.





FUTSAL

Comissão técnica renovada para 2025





Marlus segue no comando técnico, com Elton na preparação física, Jariquinho como preparador de goleiros, Renato na fisioterapia, Pedrão como roupeiro e Biron e Luciano na administração.

O time está pronto para encarar os desafios do ano com dedicação e foco em busca de conquistas e histórias de sucesso.

- 👣 Abilio Henrique Bottega
- bottega_77
- **⊗** Bottega77 @futebolista2
- in Abilio Henrique Bottega

Para sugestões de pautas, críticas e eleogios entre em contato

abiliobottega@hotmail.com

FUTEBOL FEMININO

Iguaçuense é a nova jogadora do Grêmio



Grêmio é o sexto clube da carreira de Katielle

As Gurias Gremistas também terão reforço na lateral-esquerda para a temporada de 2025. Trata-se de Katielle, anunciada oficialmente pelo Clube. A atleta de 27 anos foi campeã mineira com o Atlético-MG e estava na Ferroviária-SP no último ano. Agora, assinou contrato com o Tricolor até o final desse ano.

Natural de Foz do Iguaçu, no Paraná, Katielle começou no futsal. Nos gramados, teve sua primeira experiência no Foz Cataratas-PR, em 2014. No clube das 3 fronteiras, disputou o Brasileirão e a Libertadores, e foi bicampeã paranaense, em 2017 e 2018.

Também tem passagens pelo Santos-SP, onde foi campeã da Copa Paulista, em 2020, e pelo Minas Brasília-DF.

A atleta passou por exames médicos assim que chegou em Porto Alegre, cumprindo os protocolos do Departamento de Ciência, Saúde e Performance do Clube. É mais uma opção para a técnica Thaissan Passos, que já prepara a equipe para os próximos campeonatos.



Ficha Técnica
Nome completo: Katielle Kauana
Ribeiro Aguilera
Nascimento: 23/02/1997 (27 anos)
Naturalidade: Foz do Iguaçu-PR
Clubes: Foz Cataratas-PR (2014, 2016-2018), Santos (2019-2020), Minas
Brasília-DF (2021), Atlético-MG (2022-2023) e Ferroviária-SP (2024)."



PÉ NA COVA

POLÍTICA

Depois de enterrar governo Chico Brasileiro, Nilton Bobato vai enterrar Enio Verri?

O "comunista" Nilton Aparecido Bobato que implementou uma política de estrangulamento contra os servidores municipais de Foz do Iguaçu e agora assume um posto estratégico na gestão de Enio "Dedo Podre" Verri





Nilton Bobato e Enio Verri: um dedo podre ajudando o outro na destruição da gestão pública

Enrique Alliana - Jornalista Foto: Reprodução

O ex-secretário Nilton Bobato, conhecido por sua gestão desastrosa na Prefeitura de Foz do Iguaçu durante o governo de Chico Brasileiro, acaba de ser nomeado para trabalhar na área social de Itaipu Binacional. Tudo como o diabo gosta.

O "comunista" Nilton Aparecido Bobato que implementou uma política de estrangulamento contra os servidores municipais de Foz do Iguaçu e agora assume um posto estratégico na gestão de Enio "Dedo Podre" Verri. A pergunta que fica: será que Bobato repetirá sua trajetória e afundará mais um governo?

Bobato foi peça-chave no fracasso da administração de Chico Brasileiro. Seu legado foi marcado por cortes, congelamentos e uma postura implacável contra os direitos dos servidores públicos municipais. (logo o mancebo que defendia os servidores quando não era governo).

Sob sua gestão, a relação entre prefeitura e funcionalismo se deteriorou drasticamente, apodreceu, gerando insatisfação e revolta.

Agora, ele desembarca na Itaipu Binacional, onde poderá ter o poder de influenciar diretamente políticas sociais e, por tabela, a vida dos servidores da usina.

O governo de Enio Verri já começou tropeçando. Dívidas mal explicadas, despesas questionáveis e uma sucessão de trapalhadas tornaram-se a marca registrada da nova gestão da binacional. Como se não bastasse a instabilidade, agora Enio traz para seu lado ninguém menos que Bobato, o "coveiro político" de Chico Brasileiro. Pa-

BOBATO FOI PEÇA-CHAVE NO
FRACASSO DA ADMINISTRAÇÃO DE
CHICO BRASILEIRO. SEU LEGADO
FOI MARCADO POR CORTES,
CONGELAMENTOS E UMA POSTURA
IMPLACÁVEL CONTRA OS DIREITOS
DOS SERVIDORES PÚBLICOS

rece que o dedo podre de Enio encontrou um aliado à altura.

Não é de hoje que Enio Verri coleciona decisões desastrosas. Desde que assumiu o comando de Itaipu, sua administração se tornou uma verdadeira novela de equívocos administrativos e manobras questionáveis. O saldo? Uma empresa que deveria ser refe-

rência em gestão eficiente se transformando em um terreno fértil para amadorismo e politicagem barata.

A chegada de Bobato acende um alerta perigoso entre os servidores da Itaipu. Se na prefeitura ele tratou o funcionalismo como um problema a ser eliminado,

o que esperar de sua atuação na usina? Estaria Enio Verri preparando o terreno para um novo massacre administrativo? A parceria entre esses dois políticos promete emoções fortes - e não no bom sentido.

A história recente prova que, quando Bobato coloca as mãos em um governo, a destruição é inevitável. Chico Brasileiro pagou para ver e hoje colhe os frutos amargos de uma gestão enterrada pela incompetência e pela arrogância. Enio Verri, por sua vez, parece decidido a seguiro mesmo caminho. Comum dedo podre ajudando o outro, o futuro da Itaipu - e de seus servidores - é incerto.

Enquanto isso, a população de Foz do Iguaçu assiste perplexa a mais um capítulo da política de compadrio que insiste em corroer a administração pública. Os servidores de Itaipu que se preparem: o carrasco está de volta e, desta vez, com um orçamento muito maior para brincar de gestor. Gestor do caos.